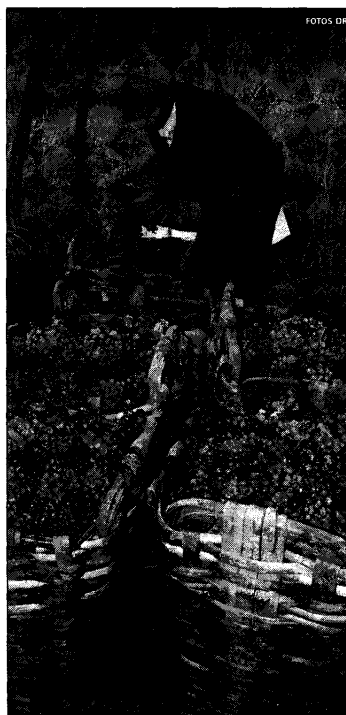


Tema: Sector Vitivinícola					Âmbito: Nacional		
Título: Portugal rejeita reforma do sector do vinho					Temática: Generalista		
2006/10/20	SEMANARIO – PRINCIPAL	Pág.18	Imagem: 1/1		Periodicidade: Semanal	Inv.: 2475.00	

COMISSÃO EUROPEIA QUER ACABAR COM OS EXCEDENTES VINÍCOLAS

Portugal rejeita reforma do sector do vinho

Produzir “menos e melhor vinho”, é o argumento dado pela Comissão Europeia para implementar uma reforma profunda no sector vitivinícola. O projecto inicial foi apresentado em Junho e prevê a destruição de 400 mil hectares de vinha e a diminuição de ajudas ao sector. O objectivo é limitar os excedentes de vinho existentes no mercado, que obrigam à destilação, aumentar a qualidade e a competitividade dos vinhos europeus. No entanto, as plantações de vinha em Portugal já estão abaixo da cota máxima permitida, com 200 mil hectares. Segundo João Pedro Machado, presidente CAP, a reforma, como foi apresentada, “é negativa para o nosso país, que tem um mercado equilibrado. Produz pouco, mas vende muito no mercado europeu”.



SOFIA VASCONCELOS
s.vasconcelos@semanario.pt

“É URGENTE a reforma do sector vitivinícola”, disse Mariann Fischer-Boel, comissária europeia da Agricultura e Desenvolvimento Rural, aquando da sua visita a Portugal, em Setembro último. No entanto, a comissária viu o seu projecto adiado, quando 12 países

da União Europeia (UE), incluindo Portugal, rejeitaram o projecto, por considerarem que o arranque das vinhas não deve ser deixado apenas à consideração dos produtores, mas também dos executivos, de forma a assegurar o equilíbrio do arranque entre regiões, e a poupar as melhores cepas. Mariann Fischer-Boel admite agora adiar a apresentação, até aqui prevista para Janeiro próximo, da proposta formal da nova Organização Comum do Mercado (OCM).

Segundo João Machado, presidente da CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal), em declarações ao SEMANÁRIO, “o arranque de vinha deve ter a vontade dos produtores, mas deve também ter a intervenção do Governo, de modo a fazer um correcto mapeamento das zonas onde esse arranque deverá ser feito”. Apesar da reforma deste sector ser “complexa, e a que tem mais legislação”, a CAP está de acordo com o conceito, mas não com a sua aplicação: “Apoiamos a posição da Comissão Europeia no que diz respeito à eliminação de excedentes na Europa, mas já quanto à forma como se vai aplicar não estamos tão de acordo”, diz João Machado.

O objectivo proposto pela Comissão é o arranque de 400 mil hectares de vinha, na Europa, em cinco anos. Mas, para a CAP, “não nenhuma razão para impor isso a Portugal, ao mesmo tempo que outros países. O nosso país só tem 200 mil hectares de vinha – quando podia ter até 240 mil –, já não tem vinha ilegal, e não temos grandes excedentes. Em Espanha e Itália há excedentes enormes de vinho, e fazem muita destilação. Aí é que se deve dar o arranque e, só depois, se ainda não tiverem sido atingi-

dos os objectivos, fazê-lo no nosso país. Tem de se atender às especificidades de cada país”, defende. O ministro da Agricultura, Jaime Silva, já afirmou que Portugal só estará disposto a deixar arrancar vinhas de má qualidade e algumas bordaduras e numa proporção não superior a 10%.

O consumo de vinho na UE decresce regularmente, embora se registre um aumento da venda de vinhos de qualidade. Ao longo dos últimos dez anos, o aumento das importações foi de 10% ao ano, enquanto o das exportações se fez a um ritmo cada vez mais lento. Com as tendências actuais, o excesso de produção vinícola atingirá 15% da produção anual até 2010/11. As medidas de apoio ao mercado, como a destilação, oferecem um escape permanente para os excedentes não comercializados. Cada vez mais se recorre à “destilação de crise” de vinhos de qualidade. Deste modo, com a reforma proposta, são abolidos os instrumentos de gestão de mercado – como o apoio à destilação de subprodutos, destilação de bebidas alcoólicas, ajuda à armazenagem privada e ajuda relativa aos mostos. A destilação de crise é abolida ou substituída por uma rede alternativa de segurança, com recurso ao envelope financeiro nacional.

“No geral, esta é uma reforma necessária e equilibrada, útil para ajudar a qualidade média do vinho aumentar”, afirma João Machado, “com legislação positiva relativamente à rotulagem (que é bastante complexa), à segurança alimentar, às técnicas de vinificação e envelhecimento, à promoção com base na moderação, e a interdição de utilizar açúcar para aumentar o teor alcoólico do vinho”.

O responsável aponta, igualmente, algumas incongruências da reforma: “A liberalização das importações de mosto de todo o mundo, por exemplo, não faz nenhum sentido, quando o objectivo é melhorar a qualidade. Podemos ter vinho de países que não têm uma única vinha plantada. E o facto de, uma vez equilibrado o mercado, em 2013, desaparecer a cota, o condicionamento, também não faz muito sentido, porque o mercado vai voltar ao mesmo”.

Esta reforma, e designadamente a proposta da Comissão, vai ser discutida uma vez mais pelos ministros da Agricultura dos “25 no Conselho da próxima semana, no Luxemburgo, mas só deverá ficar decidida em 2007, durante a presidência portuguesa. |

Apoios de 32,6 milhões de euros

A COMISSÃO EUROPEIA decidiu, ontem, destinar 450 milhões de euros aos Estados-membros produtores de vinho para a reestruturação e reconversão das vinhas para a campanha de comercialização 2006/07, cabendo a Portugal 32,6 milhões de euros. Estes pagamentos anuais da Comissão Europeia aos países da União produtores de vinho, iniciados em 1999, visam adaptar a produção à procura do mercado, sendo os apoios determinados com base na superfície comunitária de vinha existente em cada Estado-

membro. Na campanha de 2005/06, a superfície abrangida em Portugal era de 6.437 hectares, enquanto para 2006/07 é de 3.918 hectares.

Comentando estes novos pagamentos, a comissária Mariann Fischer Boel, afirmou que este programa de reestruturação das vinhas “foi muito útil desde 1999” mas “é evidente que não chega”, razão pela qual a Comissão lançou um debate sobre uma reforma profunda da organização comum do mercado vitivinícola. |